



Arrecadação federal bate recorde de R\$ 2,89 trilhões em 2025

Pequenos negócios têm até dia 30 para renegociar dívidas com a União

Página 3

Relatório da ONU mostra aumento do turismo internacional no Brasil

Página 6

Iamspe registra mais de meio milhão de atendimentos de terapia on-line

O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) de São Paulo registrou mais de meio milhão de agendamentos para terapia on-line em 2025. Desde o início das atividades, em julho, até dezembro do ano passado, foram marcados 551.679 atendimentos. Entre as principais queixas estão ansiedade, desmotivação e depressão. Os casos graves são direcionados a psiquiatras, mas podem também ser encaminhados ao serviço de emergência. Podem se consultar servidores e beneficiários do Iamspe a partir dos 14 anos.

Nos primeiros seis meses do serviço, o interesse por agendamento se manteve intenso entre os usuários do convênio. Para tratar as questões mais comuns, os beneficiários podem realizar quatro consultas por mês com psicólogo. A quantidade de encontros pode ser aumentada caso haja necessidade. Ficam de retaguarda para casos graves os médicos psiquiatras, que realizaram 4.643 atendimentos no mesmo período.

A psicóloga técnica de referência do serviço, Aisiane Araújo de Souza, explica que os pacientes chegam abertos ao serviço e comprometidos a realizá-lo adequadamente. "Eles [os pacientes] se sentem mais à vontade por conversarem com o profissional no conforto de casa, além de se sentir ainda mais resguardados quanto ao sigilo por ser um atendimento remoto e o psicólogo estar geograficamente distante", comenta.

O Serviço de telessaúde mental do Iamspe faz parte do projeto do Instituto de aumentar o suporte aos beneficiários do convênio e agilizar o acesso e o tratamento relacionados ao bem-estar emocional dos servidores da São Paulo. A assistência é completamente on-line e o primeiro contato é feito pelo WhatsApp, no número: (11) 96630-3322.

Segundo o chefe do serviço de psiquiatria do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), Michel Haddad, o atendimento de saúde mental do Iamspe é um modelo que alia tecnologia, humanização e responsabilidade social, aproximando o cuidado das pessoas e fortalecendo o papel do Instituto como referência.

A assistência conta com atendimento para dúvidas relacionadas a retorno, medicação e orientações em caso de crise 24h por dia, pelo WhatsApp. Em caso de risco de vida, o paciente deve ser dirigido ao Pronto Atendimento do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), em São Paulo, ou à instituição de saúde mais próxima. (Governo de SP)

Governo de SP promove Dia D de vacinação contra sarampo e febre amarela



Foto: ANTONIO CUNHA/Agência O Dia

Página 2

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve recorde em 2025, alcançando R\$ 2,89 bilhões, segundo dados divulgados na quinta-feira (22) pela Receita Federal, junto aos resultados do mês de dezembro.

Em comparação com 2024, houve aumento anual real de 3,75%, ou seja, considerada a inflação em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Também é o melhor desempenho arrecadatório para os meses de dezembro. No último mês de 2025, a arrecadação alcançou R\$ 292,72 bilhões, representando um acréscimo, corrigido pelo IPCA, de 7,46%.

Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no site da Receita Federal.

Os bons resultados da economia, além do aumento de impostos, são os principais fatores para a alta da arrecadação.

"São números bonitos, um crescimento importante, considerando o patamar alto do ano anterior [2024]", destacou o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, durante a apresentação dos dados.

Os valores se referem a tributos federais, como Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas e empresas, recaída previdenciária, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), entre outros. Página 3

Sisu 2026: inscrições para 274,8 mil vagas terminam nesta sexta-feira

Os interessados em participar do processo seletivo de 2026 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem se inscrever até esta sexta-feira, 23 de janeiro.

Uma das novidades desta edi-

ção é que quem participou de pelo menos uma das três últimas edições do Enem – 2023, 2024 e 2025 – pode se inscrever para concorrer a vagas oferecidas pelas instituições que aderiram ao processo seletivo. Página 6

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,29
Venda: 5,29

Turismo
Compra: 5,33
Venda: 5,51

EURO

Compra: 6,21
Venda: 6,21

Esporte

ATP confirma lista oficial de jogadores do Rio Open 2026



Foto: EFE/Estadão

pal de ATP e avançou até as quartas de final, superando o francês Arthur Fils e o chileno Cristian Garín ao longo da campanha. Em 2025, João voltou ao torneio após o título em Buenos Aires e, agora, se prepara para dar sequência à sua trajetória na cidade natal.

O outro grande nome que promete empolgar o público nas quadras do Jockey Club Brasileiro é Matteo Berrettini, que tem forte ligação com o Brasil, já que é neto de uma carioca. Dono de um dos saques mais potentes do circuito, Berrettini é ídolo carioca e jogos ativos, além de ampla experiência em grandes torneios. Esta será a segunda participação do italiano no torneio carioca, que possui 10 títulos de ATP no seu currículo. O primeiro finalista italiano em Wimbledon na Era Aberta (2021) também é tricampeão da Copa Davis e já foi número 6 do mundo.

O primeiro convite da organização vai para o carismático francês Gael Monfils. Conhecido por seu estilo atlético e descontrai-

do, além da inegável conexão com o público, Monfils soma 13 títulos de simples da ATP conquistados ao longo de mais de duas décadas como profissional. No ano passado, aos 38 anos e 132 dias, o francês se tornou o mais velho campeão de um torneio ATP desde Ken Rosewall, em 1977, ao vencer o Torneio de Auckland. O tenista chegou ao sexto posto do ranking mundial em 2016 e foi semifinalista em dois Grand Slams: Roland Garros 2008 e US Open 2016. Esta será a segunda aparição de Monfils no Rio Open, que incluiu o torneio carioca na sua turnê de despedida do circuito.

O chave de simples do Rio Open tem 32 vagas, sendo 23 classificações diretas pelo ranking dos atletas. Três vagas são para convites da organização e um quarto convite é reservado para solicitação de tenistas da lista A+ da ATP.

Outros quatro tenistas virão do qualifying, que será disputado nos dias 14 e 15 de fevereiro, também no Jockey Club Brasileiro e com entrada gratuita (mais informações em breve). Por último, uma vaga faz parte do especial exempt, reservado para tenistas que não puderem disputar o qualifying por estarem em ação em outro torneio. Caso não precisem ser usadas, as vagas do especial exempt e do convite da lista A+ virarão vagas para classificação direta.

lhor tenista do mundo na última atualização do ranking.

O grande queridinho da torcida é o único brasileiro classificado diretamente através do ranking, João Fonseca, que fará a sua quarta participação no maior torneio de tênis da América do Sul, vem de uma primeira temporada disputando os torneios de maior nível de sucesso. O carioca venceu o seu primeiro título de ATP no início do ano passado, em Buenos Aires, quando tornou-se o mais jovem brasileiro campeão na Era Aberta. No final da temporada, Fonseca também venceu o ATP 500 da Basileia, tornando-se o primeiro brasileiro a vencer um torneio ATP acima do nível 250 desde que Gustavo Kuerten venceu o Masters 1000 de Cincinnati, em 2001. Entre outras conquistas, Fonseca soma ainda o título do Next Gen ATP Finals, além dos troféus de Challengers em Phoenix, Carolina e Lexington.

Frequentador do Rio Open desde a infância, o carioca se tornou fã definitivo do esporte acompanhando de perto grandes nomes do circuito jogando em sua cidade. Ele esteve no Jockey Club Brasileiro já na primeira edição, em 2014, quando assistiu a partidas de jogadores como Rafael Nadal e voltou em todos os anos seguintes. Em 2022, atuou como sparing oficial do torneio e, no ano seguinte, recebeu um convite para disputar a chave principal, fazendo sua estreia em um ATP jogando literalmente em casa. Em 2024, Fonseca teve sua afirmação definitiva no Rio Open. Foi no saibro do Jockey Club Brasileiro que o brasileiro venceu seu primeiro jogo em uma chave principal.

O primeiro convite da organização vai para o carismático francês Gael Monfils. Conhecido por seu estilo atlético e descontrai-

Moradores de São Paulo já podem consultar valores do IPTU 2026

Os moradores da cidade de São Paulo já podem consultar pela internet os valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) 2026 e realizar o pagamento à vista ou da primeira parcela. A consulta foi aberta na quinta-feira (15) e deve ser feita exclusivamente pelo canal oficial da Prefeitura de São Paulo, no Portal do IPTU.

Este ano haverá alterações em relação ao envio das notificações de IPTU. Os contribuintes com valores a pagar do imposto receberão apenas a notificação de lançamento, onde podem optar pelo pagamento à vista (com 3% de desconto) ou pelo pagamento da primeira parcela. Quem optar pela opção parcelada vai receber um segundo boleto com as parcelas restantes, como nos

anos anteriores: para gerar os códigos de pagamento das demais parcelas o contribuinte deverá acessar o Portal do IPTU.

Outra mudança em 2026 é que os imóveis isentos do pagamento do IPTU não receberão notificação pelos Correios. Os moradores que quiserem consultar se têm valores a pagar devem acessar o Portal do IPTU e verificar a informação indicando o número de seu SQL (cadastro do imóvel). No caso dos proprietários de imóvel, a consulta pode ser feita também pelo sistema DUC, que vincula a propriedade ao CPF do contribuinte.

O envio das notificações impressas do IPTU 2026 começa nesta sexta-feira (16). Dependendo da data de vencimento (confira o calendário aqui), as notifica-

cões devem ser recebidas até o dia 20 de fevereiro. O vencimento da primeira parcela ou cota única dos contribuintes com imposto a pagar ocorre em fevereiro, exceto para aqueles que optaram por o envio para administradoras, cujo vencimento será em março.

Formas de pagamento – Em 2026 os contribuintes paulistanos terão acesso a uma nova forma de pagamento do IPTU, via cartão de crédito. Quem optar por essa modalidade deve ficar atento, entretanto, para a cobrança de Taxas de Serviço. O pagamento via cartão de crédito é realizado pela empresa Beyond Tecnologia, parceira do Banco do Brasil, e no comprovante de pagamento aparece a informação Convênio Pre-fixa.

Não existe cobrança de taxa de serviço para quem optar pelas demais formas de pagamento do IPTU. Além das já tradicionais, desde 2025 os moradores de São Paulo podem utilizar novamente o sistema PIX para pagar o tributo. Clique aqui para emitir a guia

de pagamento com o código. A Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo ressalta que não envia cobranças ou links para pagamentos de tributos por e-mail, SMS ou WhatsApp.

Quem optar pelo pagamento com PIX deve ficar atento a estas orientações:

Emita a guia de pagamento pela página oficial da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo, neste link:

Como beneficiário do pagamento deve constar Secretaria Municipal da Fazenda (CNPJ: 46.392.130/0001-18).

A instituição emissora do QR Code deve ser o Banco Bradesco S/A.

O pagamento do IPTU 2026 poderá ser realizado nos terminais de autoatendimento ou pelo internet banking dos bancos conveniados (consulte a lista aqui). Por esses canais online não há necessidade do documento impresso, basta a informação do número de cadastro do imóvel (que pode ser obtido nas notifi-

cões do IPTU). O pagamento também poderá ser realizado nos guichês de caixa (é necessário o documento impresso) e nas lotéricas (neste caso, basta ter apenas o número de cadastro do imóvel, sem a necessidade de documento impresso).

O IPTU 2026 também pode ser pago por débito automático – para os contribuintes que fizeram essa opção em anos anteriores, ela continuará valendo para 2026. Quem ainda não optou por esta modalidade deverá realizar o pagamento da 1ª parcela pelos canais normais, mas poderá fazer essa opção até a data de vencimento dessa parcela, sendo que a opção pelo débito automático passará a valer já a partir da 2ª parcela.

Portal do IPTU – A Secretaria da Fazenda de São Paulo lançou em 2026 o novo Portal do IPTU. Com visual moderno, linguagem simples e foco na melhoria da experiência dos usuários, a página busca facilitar o acesso dos paulistanos aos principais serviços relacionados ao IPTU. (Prefeitura de SP)

como a consulta aos valores do imposto e emissão de guias de pagamento.

O Portal do IPTU centraliza as informações sobre o imposto de forma direta, em áreas como Pagamentos, 2º Via da Notificação, Descontos e Isenção e Atualização Cadastral/Recadastramento. Outra ferramenta disponibilizada aos contribuintes é a Entenda a Cartela do IPTU, que oferece descrições de cada campo da Notificação de Lançamento do IPTU passando o cursor do mouse sobre o local da dúvida, e ainda acesso a descrições detalhadas e à legislação pertinente ao imposto.

Os contribuintes também podem acessar o calendário de envio de notificações do IPTU e as perguntas mais frequentes sobre o imposto no Portal do IPTU. Caso a dúvida persista, os moradores podem entrar em contato com os canais de atendimento da Prefeitura de São Paulo pelo Portal SP156, nas Subprefeituras ou nas unidades do Descomplica. (Prefeitura de SP)

Estado tem recorde de operações contra alcoolemia, com crescimento de 125% em 2025

O fortalecimento das operações contra a alcoolemia no estado de São Paulo tem produzido resultados expressivos ao longo dos últimos anos. Na comparação entre 2025 e 2024, o número de operações cresceu 125% – passando de 565 para 1.273 – enquanto a quantidade de veículos abordados aumentou quase 95% (de 401,7 mil para 781,1 mil). Em uma perspectiva histórica, o volume de operações realizadas em 2025 é quase 14 vezes maior do que o registrado em 2021.

“O crescimento das operações em 2025 decorre principalmente de uma estratégia de integração institucional. Houve uma reorganização do planejamento e o fortalecimento das ações coordenadas com nossos parceiros, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, que já possuem capilaridade territorial e presença permanente nas vias. Se trata de uma política pública mais inteligente, que passou a utilizar de forma integrada as estruturas já existentes. Quando o motorista percebe que a chance de fiscalização é real e constante, o comportamento tende a mudar”, explica Anderson Poddis, Diretor de Fiscalização do Trânsito do Detran-SP.

As operações contra alcoolemia são planejadas de forma estratégica, considerando os dados do Infosiga, plataforma que integra informações referentes a sinistros de trânsito – tanto nas cidades, quanto em rodovias,



Para 2026, estão previstos avanços no uso de dados e inteligência para o planejamento das operações

onde é possível abordar um número maior de veículos em menos tempo. Dirigir sob efeito de álcool é o segundo maior fator de sinistros e óbitos no trânsito, atrás apenas para o excesso de velocidade. “A legislação brasileira sobre alcoolemia é bastante rigorosa e reconhecida internacionalmente. O principal fator para a redução dos números é a combinação de fiscalização contínua, eficiente e bem distribuída no território com ações educativas”, complementa Poddis.

Para 2026, estão previstos avanços no uso de dados e inteligência para o planejamento das operações, maior integração com municípios por meio do SISTRAN-SP e ações educativas mais direcionadas a perfis de risco específicos. O objetivo é tornar a política de combate à alcoolemia cada vez mais eficiente, previsível e capaz de reduzir si-

nistros de trânsito e, consequentemente, salvar vidas.

Desde o início do ano, foram realizadas 46 operações contra alcoolemia no estado, ou seja, mais de uma operação por dia. No total, 30.341 veículos foram fiscalizados, resultando em 771 infrações por alcoolemia, sendo 665 recusas ao teste do bafômetro, 42 autuações por direção sob efeito de álcool, duas por embriaguez, além de outras duas recusas com crimes – quando o condutor está visivelmente embriagado aos olhos do agente de fiscalização e se recusa a fazer o teste de bafômetro.

Tanto dirigir sob efeito de álcool – quando o teste do etilômetro aponta a índice de até 0,33 mg de álcool por litro de ar expelido – quanto recusar-se a soprar o bafômetro são consideradas infrações gravíssimas, segundo os artigos 165 e 165-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), respectivamente.

Em ambos os casos, o valor da multa é de R\$ 2.934,70 e o condutor responde a processo de suspensão da carteira de habilitação. Se houver reincidência no período de 12 meses, a multa é aplicada em dobro, ou seja, no valor de R\$ 5.869,40. Na situação por direção sob efeito de álcool, quando há nova ocorrência durante o período de suspensão da CNH, além da multa em dobro, o motorista responderá ainda a processo administrativo que poderá culminar na cassação do seu direito de dirigir, se forem esgotados todos os meios de defesa. Nesta última situação, ele terá de reiniciar todo o processo de habilitação para voltar a dirigir – e somente após transcorrido o prazo de 24 meses depois da cassação.

Já os casos de embriaguez ao volante, quando os motoristas apresentam índice a partir de 0,34 miligramas de álcool por litro de ar expelido no teste do etilômetro, são considerados crimes de trânsito. Os motoristas flagrados nessa situação, além de receberem uma multa de R\$ 2.934,70 e responderem ao processo de suspensão da CNH, são também conduzidos ao distrito policial. Se condenados, eles poderão cumprir seis meses a três anos de prisão, conforme prevê a Lei Seca, também conhecida como “tolerância zero”. (Governo de SP)

Governo promove Dia D de vacinação contra sarampo e febre amarela

A Secretaria da Saúde de São Paulo (SES-SP) realiza neste sábado (24) o Dia D de vacinação contra o sarampo e a febre amarela em todas as regiões da capital paulista. A ação integra a intensificação da campanha de imunização que ocorre ao longo do mês de janeiro, com atividades em pontos de grande circulação de pessoas.

Desde o dia 12 de janeiro, a SES-SP vem ampliando a oferta das vacinas contra o sarampo e a febre amarela por meio de estratégias extramuros, em locais como estações de metrô e trem, terminais de ônibus e centros comerciais, com o objetivo de facilitar o acesso da população à imunização.

A iniciativa é voltada, principalmente, a adolescentes e adultos que não foram vacinados ou que possuem esquema vacinal incompleto. A recomendação é que pessoas que vivem, circulam ou trabalham na capital, especialmente em áreas com grande fluxo de pessoas ou com registro de transmissão das doenças, busquem a atualização da cadereta de vacinação.

Manter a vacinação em dia é fundamental para a proteção individual e coletiva, contribuindo

para a redução do risco de surtos e epidemias. A imunização também protege pessoas que não podem receber vacinas, como indivíduos imunocomprometidos ou com contraindicações clínicas.

Os imunizantes também serão aplicados nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), que estarão abertas das 8h às 17h. A lista completa com datas e locais das ações de vacinação pode ser consultada na internet.

Quem deve se vacinar contra sarampo:

Crianças: a vacinação contra o sarampo faz parte do Calendário Nacional de Vacinação. A administração da primeira dose deve ser aplicada aos 12 meses de idade (triplice viral – sarampo, caxumba e rubéola) e a segunda aos 15 meses (tetra viral – sarampo, caxumba, rubéola e varíola);

Pessoas de 5 a 29 anos devem tomar duas doses da vacina com intervalo mínimo de 30 dias entre as doses. A pessoa que comprovar 2 doses da vacina triplice viral será considerada vacinada;

Pessoas de 30 a 59 anos de idade devem tomar uma dose da vacina. A pessoa que comprovar

1 dose da triplice viral será considerada vacinada;

Trabalhadores da saúde: Devem receber 2 doses de triplice viral, a depender da situação vacinal encontrada, independentemente da idade. Considerar vacinado o trabalhador da saúde que comprovar 2 doses da triplice viral;

Exantema (manchas vermelhas) no corpo e febre alta (acima de 38,5°) acompanhada de um ou mais dos seguintes sintomas:

Tosse seca;

Irritação nos olhos (conjuntivite);

Nariz escorrendo ou entupido;

Saiba como identificar os sintomas de febre amarela:

Ínicio súbito de febre;

Calafrios;

Dor da cabeça intensa;

Dores musculares;

Dores no corpo em geral;

Náuseas e vômitos;

Fadiga;

Fraqueza.

No ano passado, o estado de São Paulo registrou dois casos importados de sarampo. Já em relação à febre amarela, em 2025 foram confirmados 57 casos no estado, com 34 óbitos. (Governo de SP)

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça". Isaías 41:10

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

Brasil

Arrecadação federal bate recorde de R\$ 2,89 trilhões em 2025

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve recorde em 2025, alcançando R\$ 2,89 bilhões, segundo dados divulgados na quinta-feira (22) pela Receita Federal, junto aos resultados do mês de dezembro.

Em comparação com 2024, houve aumento anual real de 3,75%, ou seja, considerada a inflação em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Também é o melhor desempenho arrecadatório para os meses de dezembro. No último mês de 2025, a arrecadação alcançou R\$ 292,7 bilhões, representando um acréscimo, corrigido pelo IPCA, de 7,46%.

Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no site da Receita Federal.

Os bons resultados de economia, além do aumento de impostos, são os principais fatores para a alta da arrecadação.

“São números bonitos, um crescimento importante, considerando o patamar alto do ano anterior [2024]”, destacou o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, durante a apresentação dos dados.

Os valores se referem a tributos federais, como Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas e empresas, receita previdenciária, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), entre outros.

Arrecadação com royalties e

depósitos judiciais, que não são apurados pela Receita Federal, também entram na conta.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado em 2025 ficou em R\$ 2,76 trilhões, representando acréscimo real de 4,27%.

Já no mês passado, a arrecadação da Receita Federal alcançou R\$ 285,21 bilhões, alta real de 7,67%.

A base de comparação, entretanto, está influenciada por eventos não recorrentes ou alterações de legislação que ocorreram em 2024 e novembro de 2025. Também houve crescimento de 10,9% da massa salarial no acumulado do período.

Apesar do setor de venda de bens teve um decréscimo de 0,16% no período.

A elevação do IOF influenciou o desempenho da arrecadação que somou R\$ 86,48 bilhões de janeiro a dezembro de 2025, alta de 20,54% na comparação com o acumulado de 2024.

“Esse desempenho pode ser pelas operações relativas à saída da moeda estrangeira, a crédito destinada a pessoas jurídicas e referentes a títulos ou valores mobiliários, sobretudo em decorrência de alterações legislativas”, cita a Receita.

Em junho do ano passado, o governo aumentou a cobrança em algumas operações de crédito, por meio do Decreto 12.499/2025. A medida foi derubrada posteriormente.

A arrecadação previdenciária teve aumento de 3,27%, chegando a R\$ 737,57 bilhões, em razão, especialmente, do aumento da Receita Federal.

Os resultados foram influen-

cidos positivamente, principalmente, pelas variáveis macroeconômicas, diante do comportamento da atividade produtiva. O setor teve um crescimento de 2,72% de dezembro de 2024 a novembro de 2025 (fator gerador da arrecadação do acumulado do ano).

A produção industrial subiu apenas 0,17% no período analisado.

Já o valor em dólares das importações, vinculado ao desempenho industrial, teve alta de 2,11% entre dezembro de 2024 e novembro de 2025. Também houve crescimento de 10,9% da massa salarial no acumulado do período.

Apesar da receita com as casas de apostas virtuais subiu mais de 10,00%, passando de R\$ 91 milhões para quase R\$ 10 bilhões no acumulado do ano.

Também houve crescimento da arrecadação dos tributos sobre comércio exterior, diante da alta das taxas de câmbio e do aumento das alíquotas médias desses tributos.

Em 2025, houve crescimento real de 9,49% da arrecadação desse item e de 12,91% sobre rendimentos de residentes no exterior.

Essa última rubrica é um agregado de arrecadação volátil e tem surpreendido positivamente este ano, com crescimento robusto calcado na arrecadação de royalties e rendimento de trabalho e também nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) % forma de uma empresa dividir parte do lucro com os acionistas.

Apesar do recorde do ano, há uma desaceleração que reflete o desempenho, especialmente, do setor industrial e vendas de bens. A arrecadação com o IRPJ/CSLL, por exemplo, teve alta de apenas 1,27%, enquanto o IPI aumentou os mesmos 1,27%, diante da atividade industrial praticamente estável. (Agência Brasil)

massa salarial.

A alta da arrecadação do PIS/Cofins em função também do desempenho das entidades financeiras e da taxação de serviços de apostas online (bets) em 2025 é outro destaque apontado pela Receita. Ela chegou a R\$ 581,95 bilhões no ano passado, alta de 3,03% em relação a 2024.

Apesar a receita com as casas de apostas virtuais subiu mais de 10,00%, passando de R\$ 91 milhões para quase R\$ 10 bilhões no acumulado do ano.

Também houve crescimento da arrecadação dos tributos sobre comércio exterior, diante da alta das taxas de câmbio e do aumento das alíquotas médias desses tributos.

Em 2025, houve crescimento real de 9,49% da arrecadação desse item e de 12,91% sobre rendimentos de residentes no exterior.

Essa última rubrica é um agregado de arrecadação volátil e tem surpreendido positivamente este ano, com crescimento robusto calcado na arrecadação de royalties e rendimento de trabalho e também nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) % forma de uma empresa dividir parte do lucro com os acionistas.

Apesar do recorde do ano, há uma desaceleração que reflete o desempenho, especialmente, do setor industrial e vendas de bens. A arrecadação com o IRPJ/CSLL, por exemplo, teve alta de apenas 1,27%, enquanto o IPI aumentou os mesmos 1,27%, diante da atividade industrial praticamente estável. (Agência Brasil)

Pequenos negócios têm até dia 30 para renegociar dívidas com a União

Débitos considerados irreveríveis:

Transação de pequeno valor, para dívidas de até 60 salários mínimos, com regras específicas para MEI.

Débitos garantidos por seguro garantia ou carta fiança.

Como aderir

A consulta às pendências e a formalização da adesão devem ser feitas pelos canais oficiais da PGFN. A prorrogação do prazo amplia o alcance da medida e busca estimular a regularização fiscal como forma de apoiar a recuperação dos pequenos negócios.

A PGFN reforça que a renegociação de dívidas não se confunde com o pedido de reengajamento do Simples Nacional, que ocorre no início de cada ano. Cada procedimento tem regras próprias e deve ser feito separadamente.

Atenção aos prazos

30 de janeiro: prazo exclusivo para aderir às modalidades de renegociação da dívida ativa da União;

31 de janeiro: prazo distinto para pedir retorno ao Simples Nacional por MEIs desengajados do regime. (Agência Brasil)

Porto de Santos tem novo embate bilionário envolvendo condomínio logístico

Os planos de expansão do porto de Santos, o maior da América Latina, atravessam uma nova polêmica concorrente. Em meio aos embates que envolvem a licitação do Tecon Santos, 10, terminal de contêineres que será leiloado neste ano, surge uma nova controvérsia bilionária.

Desta vez, o foco dos conflitos se concentra em um edital lançado no fim de outubro pela estatal federal APS (Autoridade Portuária de Santos), para a implantação de um condomínio logístico dentro da área do porto. Trata-se de um espaço destinado a galpões e estruturas de apoio para manejear o transporte de cargas no terminal.

O modelo de repasse da área à iniciativa privada provocou reação imediata de associações empresariais que atuam em Santos, e o caso foi parar na Justiça.

O plano da APS é fixar uma área de 242 mil metros quadrados localizada na margem direita do porto, para a implantação.

A exploração da área, prevista para gerar receitas superiores a R\$ 1,06 bilhão, teria validade de 20 anos, com possibilidade de prorrogação. A posição, segundo o setor privado que atua no porto, está no formato de concorrência escolhida pela APS.

A estatal vinculada ao MP (Ministério de Portos e Aeroportos) decidiu fazer uma cessão de uso onerosa da área do terreno, um formato mais simples e com menos exigências regulatórias do que haveria em um leilão tradicional. O cronograma curto é para conter a publicação do edital e a entrega das propostas, foi de 22 dias.

O argumento usado pela APS para optar por esse tipo de oferta foi de que o terreno seria uma “área não afeta a operação portuária”, ou seja, não teria ligação direta com as atividades diretas do porto. Mas houve protestos.

O editorial, segundo as associações, trata de um empreendimento que vai gerar tráfego pesado em uma região já pressionada por gargalos viários, sem detalhar como o fluxo adicional

tec, ABTL, ABTP, ABTRA, ATP e Fenop) encaminharam uma carta conjunta ao ministro e à Anfaz (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), pedindo a anulação imediata do edital.

Segundo as empresas, o terreno faz parte do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto de Santos, aprovado em 2020, como “área destinada”, seja em projetos de curto, médio ou longo prazo.

Classificá-lo como não operacional, alegram, seria uma “ficyção jurídica” usada para contornar a legislação portuária.

As associações também criticaram a ausência de estudos técnicos, como EVTEA (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica & Ambiental), além de análises de impacto de tráfego e de vizinhança.

O editorial, segundo as associações, trata de um empreendimento que vai gerar tráfego pesado em uma região já pressionada por gargalos viários, sem detalhar como o fluxo adicional

de caminhões seria absorvido pelos acessos existentes.

Na primeira semana de janeiro, a área técnica do ministério analisou as queixas e, após examinar mapas e diretrizes do PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento) realizado em 2020, concordou com as empresas.

“A área de implantação do [Condomínio Logístico da Maratona Direita] CL-MD Santos enquadra-se como área afeta à operação portuária nos horizontes de planejamento de curto, médio e longo prazos, conforme o PDZ vigente do Porto de Santos”, concluiu.

Com o imbróglio, a licitação da área foi paralisada por um mandado de segurança concedido pela 1ª Vara Federal de Santos.

Questionada pela reportagem, a APS manteve a sua posição e informou que a análise do MP e das empresas está errada.

“A premissa de que o PDZ classifica a área como operacional está equivocada”, comentou.

tou a empresa, ao afirmar que a área do projeto, conhecida historicamente como Terreno da Rede (antiga ferrovia RFFSA), está enquadrada como “áreas e instalações não afetas às operações portuárias”.

Para a APS, uma área só é “afeta” ao porto se “realizar diretamente a movimentação ou armazenagem vinculada ao transporte aquaviário”.

“O empreendimento possui natureza inequívoca de infraestrutura de apoio logístico terrestre, e não de terminal portuário. As atividades previstas se desenvolvem exclusivamente na fase pós-gate, isto é, antes da entrada no terminal portuário (Arrrendamento Portuário)”, diz a estatal.

O condomínio logístico, segundo a APS, não dispõe de berços de atracação, não realiza movimentação de cargas diretamente do navio, não opera mercadorias vinculadas ao transporte aquaviário e não integra o sistema operacional dos terminais de

contêineres.

De acordo com a estatal, enquadra o empreendimento como arrrendamento portuário seja juridicamente incorreto e tecnicamente desconectado da legislação e dos normativos que regem o setor.

Questionada sobre o prazo exigido para analisar a proposta, a APS afirmou que o período de 15 dias úteis cumpre a lei das estatais, e a licitação não exige a elaboração de projetos de engenharia complexos para a fase de proposta.

Apesar das avaliações contrárias, a estatal diz que vai insistir em seu modelo de licitação.

“A APS defende a manutenção das regras atuais, incluindo as salvaguardas concorrentiais, que visam impedir a formação de monopólios verticais e garantir que a infraestrutura essencial de acesso ao porto não seja capturada por um único grupo econômico, em prejuízo dos demais usuários.” (Folhapress)

A cada US\$ 1 investido na proteção da natureza, mundo gasta US\$ 30 na sua destruição

Quando o assunto são investimentos sustentáveis, o mundo está no vermelho. Um relatório publicado na quinta-feira (22) aponta que a cada US\$ 1 investido na proteção da natureza ao redor do globo, outros US\$ 30 são gastos na sua destruição.

O estudo considera as finanças públicas e privadas globais e é o principal achado de uma análise dos índices de 2023 feita pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

O levantamento concluiu que US\$ 7,3 trilhões em fluxos de financiamento foram prejudiciais à natureza -sendo US\$ 4,9 trilhões provenientes de fontes privadas e US\$ 2,4 trilhões em subsídios públicos ambientalmente nocivos.

Apenas US\$ 220 bilhões (o equivalente a 3% do total investido em setores destrutivos) foram destinados ao financiamento de soluções baseadas na natureza (Sbn), como são chamadas ações para proteger, restaurar e usar de forma sustentável os ecossistemas. Deste total,

projecção do órgão é que esse valor precise atingir US\$ 771 bilhões anuais.

Para isso, a agência da ONU defende uma “grande virada da natureza”: não apenas proteger e restaurar o meio ambiente, mas fazer isso redirecionando trilhões de dólares que financiam a degradação da natureza para iniciativas para aperfeiçoá-la.

Isto se dará, segundo o Pnuma, incorporando soluções baseadas na natureza avançando lentamente, investimentos e subsídios prejudiciais desaparecem. Este relatório oferece aos líderes um roteiro claro para reverter essa tendência e trabalhar com a natureza, não contra ela.

Segundo o Pnuma, os investimentos em iniciativas focadas no meio ambiente deveriam crescer 2,5 vezes, chegarão a US\$ 571 bilhões por ano até 2030, para que sejam cumpridas as metas do mais recente tratado da ONU sobre biodiversidade. Pode parecer muito, mas o valor representa apenas 0,5% do PIB global em 2024.

Até a metade do século, a

que estão tomando medidas concretas para implementá-la.

Na Costa Rica, o reflorestamento de terras degradadas a nível nacional foi viabilizado a partir de incentivos financeiros que vinham de uma taxa sobre combustíveis fósseis.

Na Dinamarca, a transição dos combustíveis fósseis foi acelerada direcionando a verba arrecadada com impostos sobre energia a pesquisas científicas para avançar em energia eólica. Também foram utilizados mecanismos como taxação por emissões de carbono e contratos mais longos e estáveis para produtores de energias renováveis (conhecidos como “feed-in tariffs”).

“Esse tipo de mudança requer [um misto de] visão de futuro com fortes sinistros políticos, fundamentados em planos de transição práticos e baseados em evidências científicas”, ressaltam os autores da análise.

Atualmente, os setores poluentes que mais contam com investimentos privados, na forma de títulos, empréstimos e ações, o relatório traz exemplos de países

que são serviços públicos, como saneamento e eletricidade (US\$ 1,58 trilhão), e indústria (US\$ 1,38 trilhão). Em seguida vêm energia (US\$ 790 bilhões), matérias-primas (US\$ 740 bilhões) e bens de consumo (US\$ 430 bilhões).

Na esfera pública, quase metade dos subsídios prejudiciais ao meio ambiente vai para os combustíveis fósseis (US\$ US\$ 1,13 trilhões). O valor representa uma queda de 36% em relação ao recorde de US\$ 1,78 trilhões atingido em 2022, como consequência da crise energética devido à invasão da Ucrânia pela Rússia.

O restante dos incentivos fiscais de 2023 é dividido entre agricultura (US\$ 410 bilhões), água para fins comerciais (US\$ 400 bilhões), transporte (US\$ 180 bilhões), construção (US\$ 150 bilhões), pesca (US\$ 60 bilhões) e mineração para fins não energéticos (US\$ 40 bilhões) e plástico (US\$ 30 bilhões).

Já no limiar do campo das finanças verdes, a maior parte dos fundos são estatais. Cerca de 75%

do total investido está concentrado nas áreas de biodiversidade (US\$ 82 bilhões) e agricultura, silvicultura e pesca sustentáveis (US\$ 66 bilhões). Combate à poluição (US\$ 15 bilhões), gestão de efluentes (US\$ 15 bilhões), política ambiental (US\$ 11,6 bilhões) e financiamento internacional (US\$ 6,8 bilhões) completam o leque de investimentos.

Entre os US\$ 23,4 bilhões que vêm do setor privado para soluções baseadas na natureza, US\$ 7 bilhões são destinados a créditos de biodiversidade e US\$ 4 bilhões vão para pagamento por serviços ambientais, ambas iniciativas que visam a conservação de ecossistemas como um todo.

O restante dos recursos vai para títulos e fundos verdes (US\$ 5 bilhões), cadeias produtivas de commodities certificadas (US\$ 4,6 bilhões), créditos de carbono (US\$ 1,3 bilhões), financiamento internacional para nações em desenvolvimento (US\$ 900 milhões) e filantropia (US\$ 300 milhões). (Folhapress)

Sisu 2026: inscrições para 274,8 mil vagas terminam nesta sexta-feira

Internacional

Lula e primeiro-ministro da Índia debatem ampliação de parcerias



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, conversaram por cerca de 45 minutos, por telefone, na quinta-feira (22). Segundo o Palácio do Planalto, os dois trataram da possível ampliação da cooperação bilateral em áreas como defesa, comércio, saúde, energia e ciência e tecnologia. Também abordaram a exploração de minerais críticos e terras raras e a produção de biocombustíveis.

Todos os temas de interesse comum deverão ser aprofundados durante a visita que o presidente brasileiro fará à Índia nos dias 19 e 21 de fevereiro. A viagem de Lula e sua comitiva está sendo organizada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), como parte dos esforços para ampliar as relações comerciais entre os dois países e, consequentemente, fomentar a venda de produtos brasileiros e atrair mais investimentos. O encontro coincide com as negociações da ampliação do acordo Mercosul-Índia.

"O presidente está apostando muito nessa missão [viagem]", disse o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, durante entrevista coletiva em que falou sobre os trâmites de implementação do acordo de parceria comercial que representantes políticos do Mercosul e da União Europeia assinaram no último sábado (17).

"Se me perguntarem onde que acho que está o maior potencial de crescimento do comércio exterior do Brasil, eu responderia sem medo de errar: Índia", comentou Viana.

Ele apontou que as exportações brasileiras para o país de

cerca de 1,45 bilhão de habitantes (número mais de seis vezes maior do que a população brasileira) ainda tem muito espaço para crescer.

Em 2025, o Brasil comprará quase US\$ 8,5 bilhões em produtos indianos. Já as exportações brasileiras para a Índia somaram US\$ 7 bilhões de dólares. E se concentraram principalmente em petróleo (30%); açúcar e melaleuca (15%); gordinha e óleos vegetais (14%) e mérino de ferro (6%).

"Queremos diversificar isto", disse Viana, citando ainda as exportações brasileiras de óleo combustível, defensivos agrícolas, medicamentos e acessórios automobilísticos.

"Além disso, o presidente Lula quer muito a participação da Embraer e da pequena agricultura para ajudar os indianos a melhorarem a produtividade dos pequenos produtores rurais indianos, que são milhões de pessoas".

Quase 200 empresários brasileiros já manifestaram interesse em integrar a comitiva presidencial. "Vai passar disso. Faz apenas dois dias que abrimos as inscrições e o interesse do setor privado está muito grande", afirmou Viana, explicando que os executivos custeiam suas passagens e hospedagem. "É uma parte da agenda será com representantes das maiores empresas indianas que têm investimentos no Brasil e que anunciarão seus investimentos para os próximos quatro ou cinco anos". Na ocasião, a ApexBrasil também inaugura seu escritório em Nova Déli - o 20º espalhado por outros países. (Agência Brasil)

Governo e ONU têm programação alusiva a 3 anos de emergência Yanomami

Passados três anos da emergência humanitária Yanomami, o governo federal e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) programam uma série de ações em Roraima. Na quinta-feira (22), está prevista a inauguração de um espaço do Acnur no Centro de Referência em Direitos Humanos Yanomami e Yekwana (CREDHY), em Boa Vista.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em um contexto marcado, também, pela crise humanitária na Venezuela, a ideia é reforçar a cooperação entre o Estado brasileiro e organismos internacionais "no atendimento e na proteção de povos indígenas, migrantes e refugiados no território".

A programação referente ao marco dos três anos da emergência humanitária Yanomami, estão previstas reuniões de avaliação, alinhamentos internos e encontros com o sistema de justiça, "reforçando o compromisso do MDHC com a atuação integrada, a cooperação internacional e a garantia de direitos humanos no contexto do acolhimento humanitário em Roraima".

Emergência Yanomami

O reconhecimento da crise humanitária enfrentada pelos povos indígenas Yanomami e Yekwana teve início em 20 de janeiro de 2023, quando foi declarada emergência em saúde pública. Desde então, segundo o MDHC, o governo federal vem mantendo presença contínua e integrada na Terra Indígena Yanomami.

"A estratégia interministerial incluiu operações de segurança para a retirada de invasores, ações de comando e controle territorial, maior fiscalização ambiental e apoio logístico às comunidades, com mais de 9 mil operações realizadas entre 2024 e 2026", justifica o ministério. (Agência Brasil)

Os interessados em participar do processo seletivo de 2026 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem se inscrever até esta sexta-feira, 23 de janeiro.

Uma das novidades desta edição é que quem participou de pelo menos uma das três últimas edições do Enem – 2023, 2024 e 2025 – pode se inscrever para concorrer a vagas oferecidas pelas instituições que aderiram ao processo seletivo. É obrigatório, ainda, já ter concluído o ensino médio.

O Sisu 2026 oferecerá 274,8 mil vagas em 7.388 cursos de 136 instituições públicas de ensino superior – a maior oferta da história, de acordo com o Ministério da Educação (MEC).

O Sisu 2026 incluirá novos campi no processo seletivo e a ampliação dos cursos de tecnologia, inteligência artificial e licenciaturas.

Considerado apenas as vagas reservadas, no contexto da



Lei de Cotas e demais ações afirmativas próprias das instituições de ensino, são mais de 148,9 mil vagas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas, estudantes egressos de escolas públicas ou comunitárias, além de pessoas com deficiência. Este quantitativo zero corresponde a 54,3% de todas as vagas disponibilizadas.

Sobre os cursos, mais de 73 mil são para cursos de licenciaturas presenciais de 18 áreas. Os estudantes que optarem por esses cursos poderão se inscrever no programa Pé-de-Meia Licenciaturas e terão direito ao incentivo financeiro mensal no valor de R\$ 1.050, durante todo o curso.

O resultado da unica chama-regular será divulgado em 29 de janeiro, conforme prevê o edital.

Vagas

Na edição com número recorde de vagas, o MEC destaca que

o Sisu 2026 inclui novos campi no processo seletivo e a ampliação dos cursos de tecnologia, inteligência artificial e licenciaturas.

Considerado apenas as vagas reservadas, no contexto da Lei de Cotas e demais ações afirmativas próprias das instituições de ensino, são mais de 148,9 mil vagas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas, estudantes egressos de escolas públicas ou comunitárias, além de pessoas com deficiência. Este quantitativo zero corresponde a 54,3% de todas as vagas disponibilizadas.

Sobre os cursos, mais de 73 mil são para cursos de licenciaturas presenciais de 18 áreas. Os estudantes que optarem por esses cursos poderão se inscrever no programa Pé-de-Meia Licenciaturas e terão direito ao incentivo financeiro mensal no valor de R\$ 1.050, durante todo o curso.

A universidade com o maior

número de vagas no Sisu é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 9.120 vagas. Em seguida, está a Universidade Federal Fluminense (UFF), com 8.931; e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 8.005.

A lista dos cursos com mais vagas é liderada por pedagogia, com 10.145 oportunidades. Na segunda posição, está o curso de administração (9.462) e, na sequência, matemática (9.332 vagas).

Ferramenta

Para apoiar os estudantes no processo de escolha do curso, o portal do Sisu disponibiliza a consulta às vagas de cursos por instituição, município, turno, grau acadêmico e modalidade de concorrência. A plataforma possibilita acompanhar as informações como número de vagas e notas de corte parciais, durante o período de inscrições do Sisu.

Sisu

O programa federal tem como objetivo de ampliar o acesso dos estudantes do ensino médio a instituições públicas de educação superior, por meio do Enem. O Sisu reúne as vagas oferecidas por instituições públicas de educação superior do Brasil que aderiram ao processo seletivo. A maioria das instituições participantes é da rede federal de educação superior, com destaque para universidades e institutos federais. (Agência Brasil)

Edital para policial legislativo da Câmara sai em janeiro, diz Motta

O presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o lançamento do edital do novo concurso público para policial legislativo da Casa ocorrerá ainda neste mês. A confirmação foi dada em vídeo publicado, na quarta-feira (21), em seu perfil nas redes sociais.

"Quero ainda anunciar que nós teremos ainda no mês de janeiro o lançamento de um outro concurso, esse para policial legislativo da Câmara dos Deputados. Esse concurso eu voltarei aqui para trazer mais informações para vocês sobre os detalhes. Boa sorte a todos!", revelou o presidente da Câmara.

Motta ainda lembrou que o prazo de inscrições para o concurso público da Câmara dos Deputados foi estabelecido por ele em 2025, se encerrará às 18 horas (horário de Brasília) da próxima segunda-feira (26).

Os interessados no certame devem se inscrever exclusivamente pelo site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), banca examinadora contratada para executar o certame.

Taxa de inscrição

Conforme edital do concurso já em andamento, a taxa de inscrição foi determinada em R\$ 100, para concorrer ao cargo de técnico legislativo, e em R\$ 130, para

o de analista legislativo. A data final para o pagamento da taxa de inscrição é 28 de janeiro.

O candidato deverá efetuar o pagamento por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança). O documento apresentará QR code que possibilita o pagamento por Pix.

Vagas

Ao todo, serão 140 vagas, sendo 70 delas para preenchimento imediato. O edital do concurso prevê mais 70 vagas em cadastro de reserva. A concorrência será para os seguintes cargos, ambos de nível superior:

35 para analista legislativo – especialidade processo legislativo e gestão;

35 vagas técnico legislativo – especialidade assistente legislativo e administrativo.

Os candidatos podem ter curso de graduação em qualquer área de formação, com diploma fornecido por instituição de ensino superior (IES) reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Reserva de vagas

Do total das vagas do concurso, 30% serão reservadas da seguinte forma:

25% para candidatos negros;

3% para candidatos indígenas;

e 2% para candidatos quilombolas.

Para concorrer às vagas re-

servadas, o candidato deverá, no ato de inscrição, indicar que deseja concorrer às vagas reservadas e autodeclarar-se negro (preto ou pardo), indígena ou quilombola, conforme quesito cor ou raça adotado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Remuneração

A remuneração mensal dos aprovados no concurso da Câmara Federal varia de R\$ 21.008,19 até R\$ 30.853,99, conforme o cargo (técnico e analista). A jornada de trabalho é de 40 horas semanais para todos os cargos.

Provas

As provas objetivas e discursivas serão aplicadas em 8 de março, nos turnos da manhã e tarde. A etapa é eliminatória e

classificatória.

O deputado Hugo Motta explicou que as provas serão realizadas em todas as capitais do Brasil.

"Justamente para facilitar o acesso das pessoas que querem realizar essa prova, não mais sendo necessário sair do seu estado para ir a outro estado poder realizar o concurso", destacou.

Em 8 de março, as provas objetivas terão duração de cinco horas e a discursiva, de três horas.

Conforme descrito no edital, as provas objetivas terão 90 questões de conhecimentos gerais e 90 de conhecimentos específicos.

Para conhecer os detalhes do novo concurso da Câmara dos Deputados, acesse o site do processo seletivo e o edital público. (Agência Brasil)

Relatório da ONU mostra aumento do turismo internacional no Brasil



14%; e Ilhas Seychelles, com 13% de alta. Segundo o relatório, mais de 1,5 bilhão de turistas viajaram internacionalmente em 2025, quase 60 milhões a mais do registrado em 2024.

Brasil atrativo

No último ano, o Brasil registrou o recorde na chegada de turistas estrangeiros, com 9,3 milhões de visitantes desembarcando no território nacional, superando a meta anual de 6,9 milhões prevista no Plano Nacional de Turismo 2024-2027.

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, explicou que o Brasil tem atrativos como nenhum outro destino no mundo e isso, segundo ele, atraí o desejo do turista de fora de conhecer as

belezas, a cultura, a gastronomia e o povo brasileiro.

Para o presidente da Embraer, Marcelo Freixo, os números da ONU Turismo confirmam que a estratégia de repositioning da imagem do Brasil no exterior é um sucesso sem precedentes.

De acordo com o Ministério do Turismo, o desempenho recorde brasileiro confirma o protagonismo do turismo como vetor do desenvolvimento econômico, geração de empregos e fortalecimento da imagem do Brasil no exterior. Além de sinalizar um cenário promissor para os próximos anos, em linha com as diretrizes do Plano Nacional de Turismo. (Agência Brasil)